Os olhos do Menino



» JOSÉ SARNEY
Ex-presidente da República, escritor e imortal da Academia Brasileira de Letras

Dezembro vem chegando. É o mês da alegria do Natal, de Deus conosco! Este é o simbolismo: Deus mandou o Seu Filho para que aqui não estivéssemos em profunda solidão, mergulhados, sem alento, nas provações do viver: com Ele, nunca mais ficamos sós.

Deus escolheu Seu Filho para viver, e a cada um de nós também concedeu essa graça e esse mesmo mistério da existência.

O Natal é o mistério nos olhos benditos desse Menino recém-nascido, que, não podendo falar, olha com amor para todos os homens e nos ensina um código moral que traz aquilo que desejou a cada um de nós: "a paz esteja convosco."

Quantos Natais felizes, quantas lembranças boas!

Em um Natal com Odylo Costa, filho, meu irmão de alma, poesia, viola e coração, em sua casa com a santa Nazaré (sua mulher) e alguns intelectuais, conheci Antonio Alçada Batista, grande escritor português. Quando foi isso? Décadas! Olhe o tempo, passando…

Tempos depois, Alçada Batista me propôs um tema numa conversa: "Sarney, vamos falar sobre o mistério do Menino Jesus, esse Deus que se fez homem e depois nos deu um mistério maior, o da Sua crucificação?

Eu lhe respondi com o sermão de Vieira sobre o Natal: "Transeamus usque Betlhehem et videmus hoc Verbum" ("Vamos a Belém ver a palavra).

Nós dois, católicos, insistindo que todas as perguntas teriam uma resposta. Após palavras e horas, só conseguimos chegar à humilde conclusão de que o Natal é um mistério e, como tal, está fora da razão humana. Pertence ao domínio da fé, da crença, da aceitação, é assim que nos foi ensinado por Maria e José.

Recordo do meu Feliz Natal em São Bento, da Missa do Galo: eu menino, 4 anos, recebi um dos mais belos presentes de Papai Noel: um tambor de lata, pintado de vermelho, que minha mãe mandara fazer pelo funileiro do lugar.

Esse brinquedo, tão simples, mas tão marcante para a minha alma, tem me acompanhado por toda a vida. Seus sons ainda retumbam dentro de mim e me fazem reouvir a alegria dos sons dos Natais; tanto aqueles de outrora quanto os de hoje, ao lado da família que construí: minha mulher, meus filhos, netos, bisnetos, noras, genros, irmãos. Sempre o evoco na memória, principalmente quando me lembro das cadeiras que foram ficando vazias enquanto eu crescia: que saudade dos meus pais, avós, tios, e de tantos que, ao longo dos anos, me vêm no som mágico de um tambor, que marcou a minha alma e nela se enraizou para sempre.

O Natal é o instante da oração, de ficar assim, nostálgico, lembrando de parentes, idos ou não, amigos, brinquedos da infância, e sonhando com o bom coração dos que prometem chegar — e chegam… É mágico! E nenhum momento é mais propício para orar do que este, em gratidão pela vida!

Nesta festa da alegria, penso em quantos encontros haverá nas casas dispersas pelo mundo e nas famílias em que um ou outro familiar, neste momento, não pode estar. E logo um alento me vem à alma: Natal é a hora do reencontro, seja no toque da carne, seja no afago saudoso da memória.

Com a presença de Jesus Cristo, com essa reconfortante certeza de que de fato nunca estamos sozinhos, pois Deus é conosco e nos acompanha nas alegrias e nas tristezas, o viver se torna mais leve para suportar as injustiças a que assistimos ao longo da vida: aquelas que não temos como evitar.

Mas pensemos no Natal! Aceitemos as alegrias e as tristezas, as flores abertas de cores belas e também as murchas das tristezas como ensinamentos de Deus, como dizia Cecília Meireles num de seus poemas, no "Ofício de ter alma!"

De tudo que Cristo nos ensinou, uma lição parece conter todas as outras: para termos a paz interior, precisamos estar em paz conosco. Então, Ele pregava: "A paz esteja contigo". Não a ausência da guerra, mas a paz que vem de dentro, por não estarmos dilacerados por ressentimentos e ódios, pois são esses sentimentos que fazem os homens, imbuído deles, provocarem as guerras e as desolações que nos assolam.

O caminho que nos leva à paz de nossa alma profunda parece até simples: "Amai a Deus sobre todas as coisas e ao próximo como a vós mesmos; perdoai os vossos inimigos, oferecei a outra face àqueles que vos ofenderem".

Eis os princípios fundamentais da paz interior.

São desses sentimentos que nascem as águas sagradas do cristianismo. Os pastores foram a Belém: "Transeamus usque ad Bethlehem, videamus hoc Verbum quod factum est." (Passemos por Belém para ver o Verbo que foi feito). Foram ver a palavra encarnada. Pergunta Vieira, no seu *Sermão da Epifania*: "Como era possível ver a palavra se um recém-nascido não pode falar? E ele mesmo responde: "Deus não fala pela boca, mas com os olhos."

Nos olhos daquele Sagrado Menino estava a mensagem que atravessaria milhares de anos e, certamente, alcançará toda a eternidade: o amor é o que torna o mistério da vida possível.

Pois, então, meus queridos leitores, neste momento em que nossos corações já começam a ouvir os sinos do Natal, juntemos as mãos para, em comunhão, festejar, como irmãos, filhos de Deus, a solidariedade e a paz na Terra.

Louvado seja Deus! Louvado seja o Natal!



Saneamento, território e clima: o que isso tem em comum?



» CHRISTIANE PARREIRA
Gerente de Relações Institucionais e Comunicação do Instituto Trata Brasil. Formada em administração (UnB), com MBAs em marketing (FGV) e recursos humanos (FIA)

O saneamento básico é uma política pública que se materializa no território. É nele que se revelam, ou se escondem, as desigualdades de acesso à água, ao esgotamento sanitário, à drenagem urbana e à gestão de resíduos sólidos. Embora não esteja explícito na Constituição brasileira, o saneamento é reconhecido pela doutrina como direito fundamental implícito, por sua conexão direta com a saúde, o meio ambiente, a moradia e a dignidade humana.

No plano internacional, a Organização das Nações Unidas (ONU) reconhece, desde 2010, o direito humano à água e ao saneamento. No território, convivem lado a lado a cidade formal e a informal. Favelas e aglomerados urbanos, onde a ausência do Estado é mais aguda, são quase sempre os primeiros a sentir e os últimos a superar a falta de saneamento.

Se o território revela desigualdades, os dados ajudam a explicá-las, desde que não nos limitemos às médias nacionais, que suavizam contrastes profundos. O Ranking do Saneamento 2026, elaborado pelo Instituto Trata Brasil com dados do Sistema Nacional de Informações em Saneamento Básico (Sinisa), reforça um padrão já conhecido. No topo, municípios como Franca (SP), São José do Rio Preto (SP), Campinas (SP) e Santos (SP) estão próximos da universalização ou já a atingiram. Na outra ponta, Santarém (PA), Porto Velho (RO) e Macapá (AP) seguem com deficits significativos, especialmente na coleta e no tratamento de esgoto.

A distribuição reflete a desigualdade territorial do país, com melhores indicadores no Sudeste e no Sul, e maiores carências no Norte e no Nordeste. A diferença fica ainda mais evidente no investimento per capita. Praia Grande (SP), que lidera esse indicador, investe mais de R$ 570 por habitante ao ano e ocupa a 22ª posição do ranking. Na outra extremidade, Rio Branco (AC), entre as últimas colocadas, investe menos de R$ 10 por habitante. A distância entre esses dois extremos traduz diferentes capacidades institucionais e níveis de presença do Estado.

O desafio do saneamento no Brasil não é recente nem desconhecido. Em 2013, o Plano Nacional de Saneamento Básico (Plansab) já apresentava um diagnóstico detalhado do setor, com metas de universalização e estimativas de investimento.

O Plansab, porém, era um instrumento de planejamento, sem força vinculante. Na prática, o avanço do saneamento permanecia condicionado à capacidade e às prioridades de cada ente federativo, reproduzindo as desigualdades existentes. Surge então a Lei nº 14.026/2020. O Marco Legal do Saneamento busca transformar metas em obrigações efetivas.

Ao estabelecer a universalização até 2033 (99% de cobertura de água e 90% de coleta e tratamento de esgoto), o marco incorpora essas metas aos contratos e vincula seu cumprimento à comprovação da capacidade econômico-financeira dos operadores. Além disso, introduz a regionalização dos serviços, para viabilizar o subsídio cruzado entre municípios, e amplia o espaço para a participação privada.

No entanto, a distância entre as regras e sua efetiva implementação permanece um dos principais desafios, e os dados mais recentes indicam que os avanços seguem desiguais no território.

A crise climática amplia essas diferenças, intensificando vulnerabilidades onde a infraestrutura é mais precária. Chuvas intensas, enchentes e secas prolongadas não afetam os territórios de maneira homogênea. Onde há drenagem e redes de abastecimento mais resilientes, seus impactos tendem a ser mitigados. Já onde falta saneamento, esses mesmos eventos assumem proporções mais severas.

Em outras palavras, o clima expõe e aprofunda desigualdades que já existiam. O saneamento, por sua vez, é um dos principais vetores de solução. A ampliação do acesso contribui para a segurança hídrica, ao reduzir perdas, melhorar a qualidade dos corpos d'água e mitigar os impactos de eventos extremos, além de abrir espaço para soluções ainda pouco exploradas no Brasil.

As estações de tratamento de esgoto passam a ser vistas como unidades produtoras de recursos, capazes de fornecer água de reúso e energia a partir do biogás. Assim, discutir adaptação climática sem enfrentar os deficits de saneamento é tratar os sintomas sem atuar sobre as causas.

O Marco Legal é um passo relevante para reduzir o deficit do setor, mas sua efetividade dependerá de garantir que os investimentos alcancem os territórios onde as carências são mais profundas. O saneamento se consolida como elemento central para a justiça territorial e climática, porque define quem estará protegido dos impactos das mudanças climáticas e quem continuará exposto a riscos evitáveis.

À medida que a agenda climática avança, abre-se também a oportunidade de posicionar o saneamento como eixo de financiamento climático, capaz de atrair novos investimentos. No fim, trata-se de uma escolha sobre como e para quem o desenvolvimento se materializa no território.

Visto, lido e ouvido



Desde 1960

Circe Cunha // *circecunha.df@dabr.com.br*

A conta da diplomacia de afinidades

Nenhum país sério deve se recusar a negociar com a China. Pequim é hoje o maior comprador de produtos brasileiros e, em 2025, o comércio bilateral superou US$ 170 bilhões, mais que o dobro do movimentado com os Estados Unidos. O problema não está aí. Está em uma política externa que, na leitura de seus críticos, converteu uma relação comercial natural em afinidade política, tratando com desconfiança parceiros democráticos e com indulgência governos que o Brasil jamais toleraria em casa. Independentemente das intenções de cada gesto, é essa escolha, e não o comércio, que está cobrando seu preço.

Em fevereiro de 2023, depois de se reunir com Joe Biden, Lula celebrou esse retorno, e o Fundo Amazônia voltou a receber apoio americano. A China, tão atacada na gestão anterior, voltou ao lugar de parceiro prioritário. Até aí, nada de anormal: corrigir os excessos ideológicos de Jair Bolsonaro era legítimo. O que os críticos questionam é o que veio depois. Lula liderou no Brics um acordo que criticou o protecionismo americano, selou mais de 30 acordos com Xi Jinping em meio à guerra comercial entre as duas potências e, em julho de 2026, três dias depois de nova tarifa americana, conversou com o presidente chinês sobre um acordo Mercosul–China, ouvindo de Xi apoio contra a chamada interferência externa. A mensagem política, sustentam os críticos, ficou mais nítida que a técnica.

A China responde por 27,2% da corrente de comércio brasileira e por cerca de 28,7% das exportações. A composição importa: Pequim compra sobretudo commodities, enquanto os Estados Unidos são o principal destino dos produtos industriais brasileiros. Trocar um mercado de manufaturas por um de matérias-primas empurra a pauta exportadora para a primarização e reduz o poder de barganha de quem vende. O Brasil guarda a segunda maior reserva de terras raras do mundo, ativo que exige negociar com todos os interessados em condições de igualdade, e não sob a sombra de uma aliança política já declarada.

Efeitos concretos

As tarifas americanas são decisão unilateral de Donald Trump, e ninguém as justifica. Mas seus efeitos são concretos: sobretaxas de até 40% sobre diversos setores desde agosto de 2025 e, em julho de 2026, novas tarifas de 25% e de 12,5%. No primeiro semestre deste ano, as exportações para os EUA caíram 13%, para US$ 17,4 bilhões, e a fatia americana nas vendas externas recuou de 12,1% para 9,4% em um ano. O governo responde que buscou novos parceiros em vez de lamentar. A diversificação é louvável, mas parte do prejuízo recai justamente sobre a indústria, que não encontra na China um substituto à altura. Parte da imprensa e da oposição sustenta que declarações e posturas do governo, que geraram mal-estar com vários

O argumento dos críticos é que o país vem pagando por três vezes: pelo lado comercial, com a perda de espaço em um mercado que compra bens industriais; pelo lado diplomático, com o desgaste da imagem de mediador; e pelo lado dos valores, com a erosão da coerência democrática que sempre foi seu melhor cartão de visitas. Nada disso exige romper com a China, que seguirá como parceiro central, nem submeter-se a Washington. Exige apenas que o interesse nacional, medido em empregos, exportações e credibilidade, volte a ser o critério único das escolhas externas do país, e que a afinidade política com quem quer que seja deixe de contar como ativo diplomático.

Causa e efeito

Defensores do governo respondem que o argumento acima confunde pragmatismo com ideologia. Lembram que a política externa independente é uma tradição brasileira, que a China se tornou o maior parceiro por força do mercado e que as tarifas americanas foram imposição unilateral, acompanhada, segundo o governo, de tentativas de Washington de barrar a China nos minerais críticos e de propostas que Brasília considerou indignas.

Apontam que Lula também condenou ações militares americanas, no Irã e na Venezuela, em nome do direito internacional, e que manter canais com Caracas preservou o papel de mediação e evitou deixar o espaço para China e Rússia. Há ainda quem veja nas críticas uma instrumentalização da política externa pela polarização interna. A relação entre os gestos do governo e as perdas comerciais, por fim, é contestada: tarifas e dependência de commodities teriam existido de qualquer forma.

A frase que foi pronunciada:

"Como vossa excelência pode verificar, eu estou evitando citar nomes dos colegas, acho deselegante."

Ministro Luiz Fux

História de Brasília

Amanhã, antes das vinte horas, estaremos na TV-Brasília comentando os últimos acontecimentos. Até lá. **(Publicada em 27/5/1962)**